

Lei Ordinária nº 771/1985

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 1986.

O Prefeito Municipal de Camapuã, Mato Grosso do Sul: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 05 de dezembro de 1985

Art. 1º.

Fica aprovado o Orçamento Programa do Município de Camapuã para o Exercício Financeiro de 1986, discriminados nos anexos integrantes desta Lei, que estima a Receita em quatorze bilhões e oitocentos e nove milhões de cruzeiros (Cr\$ 14.809.000.000,00) e fixa a Despesa em igual valor.

Art. 2º.

A Receita será efetivada mediante arrecadação de Impostos, taxas, transferências de recursos federais e estaduais e outras na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos quadros anexos, de acordo os seguintes desdobramentos:

I - RECEITAS CORRENTES

1.1 - Receita Tributária	Cr\$ 1	1.700.000.000
1.1 - Receita Patrimonial	Cr\$	10.000.000
1.3 - Transferências Correntes	Cr\$ 9	9.513.500.000
1.4 - Outras Receitas Correntes	Cr\$	390.000.000
II - RECEITAS DE CAPITAL		
2.1 - Operações de Crédito	Cr\$	100.000.000
2.2 - Alienação de bens móveis e imóveis	Cr\$	10.000.000
2.3 - Transferências de Capital	Cr\$ 3	3.085.500.000
TOTAL DA RECEITACr\$	14.809	9.000.000

Art. 3º.

A despesa será realizada de acordo com os quadros analíticos constantes dos anexos integrantes desta Lei, conforme o parágrafo 1° do Art. 2° da Lei Federal n° 4.320, de 17/03/64, obedecendo as seguintes discriminações:

DESPESAS POR ÓRGÃOS DE GOVERNO LEGISLATIVO

Câmara MunicipalCr\$	600.000.000
EXECUTIVO	
Gabinete do PrefeitoCr\$	1.476.000.000
Secretaria Municipal de AdministraçãoCr\$	1.536.000.000
Secretaria Municipal de FinançasCr\$	1.193.000.000
Secretaria Municipal de Educação e SaúdeCr\$	3.766.300.000
Secretaria Municipal de Viação e Obras PúblicasCr\$	6.238.000.000
TOTALCr\$14	4.809.000.000
DESPESAS POR FUNÇÕES	
LegislativoCr\$	600.000.000
Administração e PlanejamentoCr\$	4.205.000.000
Educação e CulturaCr\$	2.927.000.000
Habitação e UrbanismoCr\$	2.249.500.000
Saúde e SaneamentoCr	\$ 427.000.000
Assistência e PrevidênciaCr\$	412.500.000
TransportesCr\$	3.989.000.000
TOTALCr\$14	4.809.000.000

Art. 4º. As dotações atribuídas a todas as unidades orçamentárias serão movimentadas pela Secretaria de Finanças, que manterá estrita coordenação com os demais órgãos da Municipalidade.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I tomar se necessário, medidas cabíveis de reajustamento das despesas, conforme o comportamento efetivo das receitas, abrindo crédito adicional suplementar, usando para esse fim o excesso de arrecadação com fundamento no Art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, da 17/03/64;
- II abrir créditos suplementares até o limite de sessenta por cento (60%) do valor total das despesas fixadas no Orçamento Programa do Município para o exercício de 1986, a fim de suprir deficiências nas dotações, fundamentado no Art. 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64;
- III realizar operações de credito por antecipação da receita no decorrer do Exercício de 1986, revogadas as prescrições do Art. 67 da Constituição Federal.
- **Art. 6º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são a partir de primeiro (1º) de janeiro de 1986, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã, 05 de dezembro de 1985

Prefeito Municipal